

## **Painéis do evento**

O presidente da Câmara Nacional Argentina de Apelações em Matéria Penal e Correicional Federal, Mariano Llorens, abriu o primeiro painel com uma exposição sobre a importância da cooperação internacional para a obtenção de provas válidas para os processos. Além de ressaltar a relevância de cooperações formais e informais, Mariano apontou que o intercâmbio espontâneo de informações é peça-chave para a celeridade das investigações.

Em seguida, o assessor especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Marcelo Malagutti, apresentou um panorama da ocorrência de cibercrimes no Brasil, destacando os altos prejuízos provocados pelos ataques. De acordo com Malagutti, 85% dos incidentes no país são de baixa complexidade, como os golpes que exploram a confiança e a boa-fé das pessoas. Ele relatou as principais categorias de crime, quem são os principais perpetradores, quais os alvos preferenciais e as iniciativas de Governo para atuar de forma coordenada no enfrentamento aos incidentes cibernéticos.

O primeiro painel terminou com uma exposição do agente especial do FBI Marc Smith, que falou sobre os grandes desafios nesse tipo de investigação e dos mecanismos utilizados pelo órgão para conseguir informações de forma célere. O promotor de Justiça do MPRJ, Sidney Rosa, mediou o debate.

### **Segundo Painel**

A coordenadora do Programa Global de Crimes Cibernéticos para a América do Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Mariana Kiefer, abriu o segundo painel. Ela alertou para fatores problemáticos como legislações atrasadas e desconhecimento do ambiente digital por parte dos usuários, destacando a importância de desenvolver trabalhos educativos voltados para a prevenção. Mariana também apresentou aos presentes guias e cursos disponíveis sobre o tema.

O promotor de Justiça do MPRJ, André Farah, assessor da Corregedoria Nacional do Ministério Público, abordou em sua palestra a questão das fake news e os riscos que oferecem. Dentro desse tema, explicou as dificuldades para combater esse fenômeno, detalhou todo o ambiente que propiciou o aumento da disseminação de conteúdos falsos e apontou algumas soluções possíveis.

O último palestrante do segundo painel foi o delegado de Polícia Civil Marcos Felipe da Motta, que relatou como os criminosos se aproveitam das vulnerabilidades para cometerem crimes cibernéticos, sejam os simples ou os mais complexos. Marcos Felipe alertou para a falta de cuidado de parte da população, das empresas e instituições com o uso do ambiente digital. Ele avaliou que os órgãos de investigação brasileiros possuem boa especialização no tema, mas ressaltou que é imprescindível trabalhar na capacitação constante, tanto de quem atua na apuração de crimes, como da própria sociedade civil.

### **Terceiro painel**

Mediado pela promotora de Justiça do MPRJ, Luciana Benisti, o terceiro painel da Conferência teve como tema "Os desafios na investigação criminal dos crimes cibernéticos. O combate aos crimes cibernéticos à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores. Convenção de Budapeste".

Primeiro a falar, o promotor de Primeira Instância da Promotoria Criminal e Contravencional nº 17, do Ministério Público de Buenos Aires, Tomás Vaccarezza, esclareceu aos presentes de que maneira os investigadores da capital argentina

conduzem uma investigação especializada de crimes cibernéticos, destacando a importância da participação de técnicos em informática, ao lado dos membros do MP, para que os dados obtidos no mundo virtual possam transformar-se em provas concretas que serão analisadas pelo Juízo.

A seguir, a procuradora de Justiça do MPMS, Ana Lara Camargo Castro, ilustrou cinco casos diferentes, que atualmente tramitam no Supremo Tribunal Federal, para endossar de que maneira tem funcionado a jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros à luz dos crimes cibernéticos. De acordo com Ana Lara, os julgamentos ocorridos na Corte têm demonstrado divisão de seus membros no que diz respeito à proteção de dados privados, cadastrais e de localização, além do acesso a dados contidos em aparelhos eletrônicos.

Por fim, o professor universitário Cristos Velasco falou sobre a Convenção de Budapeste (primeiro tratado internacional sobre crimes cibernéticos e subscrita pelo Brasil em 2023) e sobre os desafios ainda enfrentados pelos países signatários para obter informações alocadas em outros países. Segundo o especialista, um dos pilares fundamentais da Convenção, a cooperação internacional para a resolução de crimes cibernéticos, deverá ser aperfeiçoado com a implementação do segundo protocolo adicional ao texto, que prevê a obtenção de dados de maneira mais ágil e eficiente.

#### **Quarto painel**

O último painel do dia, "Cadeia de custódia da prova digital. A especialização do Ministério Público no combate aos crimes cibernéticos", foi mediado pela promotora de Justiça do MPRJ, Letícia Emile Alqueres Petriz, e também contou com a presença, como debatedor, do agente especial do FBI Marc Smith, que falou sobre as técnicas de investigação e de recuperação de dados utilizadas pelo órgão de investigação norte-americano.

Primeiro a falar, o promotor de Justiça do MPRJ, Décio Alonso, discorreu sobre a cadeia de custódia da prova digital, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelos órgãos de execução para obter suas fontes de provas. De acordo com Décio, entender que os órgãos de execução não podem alcançar determinados aparelhos eletrônicos é garantir aos criminosos um canal de comunicação isento de intervenção estatal, legalizando um protocolo de atuação do crime, ao qual MP e Polícia não poderão ter acesso.

Encerrando o ciclo de palestras, o promotor de Justiça do MPSP e integrante do CyberGaeco da instituição, Richard Encinas, falou sobre a necessidade de criação de órgãos de excelência para investigar crimes cibernéticos dentro do MP. Criado em 2018, o CyberGaeco foi criado com a premissa, segundo o promotor, de que a atividade criminosa virtual não possui fronteiras e, por isso, foi necessária a criação de uma estrutura com recursos humanos e materiais próprios para inibir a sua prática, devendo se tornar realidade em todos os MPs do país nos próximos anos, de acordo com Richard.